

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

182 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 16/10 a 20/10/2023

1. CONSELHO EUROPEU EXTRAORDINÁRIO	1
2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE	1
Situação no Médio Oriente	2
Apoiar a competitividade e a resiliência da UE em setores estratégicos	2
Solução a longo prazo para as necessidades de financiamento da Ucrânia	2
Orçamento da UE para 2024	3
Prémio Sakharov 2023	3
3. PROGRAMA DE TRABALHO COMISSÃO EUROPEIA 2024	3
4. CIMEIRA UE-EUA	4
5. ALARGAMENTO - BALCÃS OCIDENTAIS	4
6. OCDE - CONFERÊNCIA INTERNACIONAL EM PARIS	5
7. COMISSÃO EUROPEIA	6
Roteiro para lutar contra o tráfico de droga e crime organizado	6
Regulamento Serviços Digitais - conteúdos ilegais em linha	7
Política de vistos	7
Plano de ação da UE para a rota migratória do Mediterrâneo Oriental	8
8. PACOTE INFRAÇÕES - OUTUBRO	8
9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	8
Eurogrupo	8
Conselho (Ambiente)	8
Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)	9
Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia)	9
Conselho (Justiça e Assuntos Internos)	9
Reunião informal dos ministros responsáveis pelo comércio	9
10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	10
Parlamento Europeu	10
Comissão Europeia	10
Conselho da União Europeia	10
Cooperação interparlamentar	10

1. CONSELHO EUROPEU EXTRAORDINÁRIO

Na sequência do ataque terrorista do Hamas contra Israel e os confrontos que se seguiram na faixa de Gaza, o Presidente Charles Michel convocou uma [reunião extraordinária do Conselho Europeu](#), que decorreu por videoconferência. Na sua carta convite (disponível [aqui](#)), o Presidente referiu ser «da maior importância que o Conselho Europeu, em conformidade com os Tratados e os nossos valores, defina uma posição comum e estabeleça uma linha de ação clara e unificada que reflita a complexidade da situação que se está a desenrolar», acrescentando que a União «sempre foi e deve ser um firme defensor da paz e do respeito pelo direito internacional» e que «o conflito poderá ter consequências importantes para a segurança das nossas sociedades». Recordou também que «existe um risco importante de migração e de deslocação de um grande número de pessoas para países vizinhos que já têm um número significativo de refugiados no seu território. Se não for gerido com cuidado, existe o risco de se registarem vagas migratórias para a Europa.».

Os líderes europeus condenaram assim os ataques terroristas do Hamas e expressaram a sua total solidariedade com o povo de Israel, salientando que Israel tem o direito de se defender, sempre de acordo com o direito internacional e humanitário. Os membros do Conselho Europeu reiteraram igualmente o seu apelo ao Hamas para que liberte imediatamente todos os reféns sem qualquer condição prévia.

A discussão focou-se assim em quatro temas fundamentais:

- **Assistência humanitária**, estando a UE mobilizada para garantir o acesso à assistência humanitária - acesso à água, eletricidade, alimentos, medicamentos - às populações mais necessitadas, em coordenação com as Nações Unidas;
- **Envolvimento com os parceiros**, continuando o Conselho Europeu a empenhar-se política e diplomaticamente com os parceiros regionais na procura de uma paz duradoura e sustentável baseada numa solução assente na coexistência de dois Estados, procurando evitar qualquer escalada regional do conflito e avaliar o impacto do conflito nos países vizinhos;
- **Questões de segurança interna**, cooperando o Conselho na prevenção dos riscos de segurança e luta contra os discursos de ódio como o antisemitismo, a islamofobia e o racismo, tendo presente a polarização da sociedade decorrente do conflito;
- **Migração**, tendo sido debatidos os potenciais impactos migratórios do conflito, nomeadamente no Egipto.

Os membros haviam já emitido uma [declaração](#), no dia 15 de outubro, sobre a situação no Médio Oriente: «A União Europeia condena com a maior veemência possível o Hamas e os seus ataques terroristas brutais e indiscriminados em Israel, e lamenta profundamente a perda de vidas humanas. (...) Sublinhamos firmemente o direito de Israel de se defender, em conformidade com o direito humanitário e o direito internacional (...) Reiteramos a importância de assegurar a proteção de todos os civis em todas as circunstâncias, em conformidade com o direito internacional humanitário. (...) Apelamos ao Hamas para que liberte imediatamente todos os reféns sem qualquer condição prévia. Reiteramos a importância da prestação de ajuda humanitária urgente e estamos preparados para continuar a ajudar os civis mais necessitados em Gaza, em coordenação com os parceiros, garantindo que essa assistência não seja utilizada de forma abusiva por organizações terroristas. É fundamental evitar uma escalada regional.».

As declarações finais do Presidente do Conselho Europeu encontram-se disponíveis [aqui](#) e a cobertura do *Político* sobre o tema [aqui](#).

2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE

Teve lugar esta semana a sessão plenária do Parlamento Europeu (PE) em Estrasburgo, destacando-se os seguintes debates:

Situação no Médio Oriente

O Parlamento Europeu condenou os ataques terroristas do Hamas contra Israel, manifestando a sua profunda preocupação com a situação humanitária na Faixa de Gaza. Os deputados pediram a libertação imediata de todos os reféns raptados pelo Hamas e reconheceram o direito de Israel à autodefesa «*como consagrado e constrangido pelo direito internacional*», devendo qualquer ação de Israel cumprir rigorosamente o Direito Internacional Humanitário. Pediram também uma *pausa humanitária* no conflito, salientando que atacar civis e infraestruturas civis, incluindo trabalhadores das Nações Unidas, médicos e jornalistas, constitui uma grave violação do direito internacional.

A resolução sobre o tema foi aprovada por 500 votos a favor, 21 contra e 24 abstenções, solicitando uma investigação independente, ao abrigo do direito internacional, para determinar se a explosão no hospital de Al Ahli, em Gaza, se tratou de um ataque deliberado e de um crime de guerra, apelando a que, em caso afirmativo, os autores sejam responsabilizados.

Foi salientada a importância de diferenciar o povo palestino e as suas legítimas aspirações do grupo terrorista Hamas, instada a comunidade internacional a prosseguir e a aumentar a ajuda humanitária à população civil da região e pedido ao Egito e a Israel que cooperem com a comunidade internacional para estabelecer corredores humanitários para a Faixa de Gaza, assim como foi reiterado o apelo para incluir a totalidade do Corpo de Guardas da Revolução Islâmica do Irão e do Hezbollah libanês na lista da UE de grupos terroristas

A Comissão Europeia foi instada a rever exaustivamente toda a assistência financeira da UE à Palestina e à região, a fim de garantir que nenhum financiamento da UE financia direta ou indiretamente o terrorismo, devendo o orçamento da UE continuar a prestar apoio à construção da paz e da estabilidade na região.

Por fim, dando nota da necessidade de relançar de imediato o processo de paz, a resolução aprovada reitera o apoio inabalável a uma solução negociada de dois Estados com base nas linhas de 1967, com dois Estados soberanos e democráticos - Israel e Palestina - que vivem lado a lado em paz e segurança garantida, sendo Jerusalém a capital partilhada por ambos os Estados. O PE manifestou ainda preocupação com o aumento do discurso antissemita, das manifestações e dos ataques contra os judeus desde o início dos ataques terroristas do Hamas, tendo instado a Comissão Europeia e todos os países da UE a tomarem todas as medidas adequadas para garantir a segurança dos cidadãos judeus.

Apoiar a competitividade e a resiliência da UE em setores estratégicos

O PE adotou a sua posição sobre a criação de uma Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP) (385 votos a favor, 85 votos contra e 151 abstenções). Conforme referido na síntese anterior, a STEP visa reforçar vários programas e fundos da UE e canalizar até 160 mil milhões de euros para novos investimentos, a par dos incentivos da política de coesão e do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

Solução a longo prazo para as necessidades de financiamento da Ucrânia

O Parlamento melhorou e aprovou a proposta de um mecanismo de 50 mil milhões de euros para apoiar a recuperação, a reconstrução e a modernização da Ucrânia a partir de 2024. A posição sobre a proposta de Mecanismo para a Ucrânia foi adotada com 512 votos a favor, 45 votos contra e 63 abstenções. Este Mecanismo faz parte da revisão em curso do orçamento de longo prazo da UE. Uma das principais exigências dos deputados é que os ativos da Federação da Rússia ou de outras entidades ou pessoas diretamente relacionadas com a guerra de agressão da Rússia sejam utilizados para reconstruir a Ucrânia. Foi ainda alterada a proposta para tornar o Mecanismo mais transparente e o plano, no qual a Ucrânia irá especificar as reformas e os investimentos a apoiar pela UE, deve ser elaborado com a participação do Parlamento (através de atos delegados) e uma consulta eficaz do Verkhovna Rada (Parlamento ucraniano).

Orçamento da UE para 2024

O PE considerou que será necessário [reforçar o orçamento da UE para 2024](#), de modo a enfrentar as consequências da guerra na Ucrânia, apoiar as PME, os jovens, a investigação e reforçar a autonomia da UE. Os deputados consideraram que o novo contexto geopolítico e económico, associado ao agravamento da crise climática e da biodiversidade, deu origem a novas necessidades políticas, alinhando a sua [posição sobre o orçamento de 2024 com a proposta de revisão intercalar do orçamento de longo prazo da UE](#), esperando o PE injetar até 75,8 mil milhões de euros no orçamento da UE durante o período 2024-2027. O Parlamento reverteu os [cortes efetuados pelo Conselho na sua posição negocial](#) (772 milhões de euros) para os valores da [proposta inicial da Comissão](#). A proposta de [resolução](#), aprovada com 424 votos a favor, 101 contra e 102 abstenções, resume a posição do PE.

Prémio Sakharov 2023

Conforme havíamos anunciado na síntese anterior, e após decisão da [Conferência dos Presidentes do Parlamento](#), a presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, anunciou os laureados de 2023 do Prémio Sakharov durante a sessão plenária, tendo o prémio sido atribuído pelos deputados a Jina Mahsa Amini e o Movimento Mulher, Vida, Liberdade no Irão. A cerimónia de entrega dos prémios vai decorrer a 13 de dezembro de 2023, no hemiciclo do Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

Outros debates:

- [Novas regras da UE para controlo das pescas](#)
- [Proteção de jornalistas e progressos do caso Daphne Caruana Galizia](#)
- [Revisão das normas para o combate ao tráfico de seres humanos](#)
- [Situação na Sérvia e Kosovo](#)

3. PROGRAMA DE TRABALHO COMISSÃO EUROPEIA 2024

A Comissão Europeia adotou esta semana o seu [programa de trabalho para 2024](#), colocando a tónica na simplificação das regras destinadas a cidadãos e empresas de toda a União Europeia. Este programa de trabalho reflete as realizações dos últimos quatro anos e descreve as novas propostas da Comissão para os próximos meses, estando mais de 90% dos compromissos assumidos nas [orientações políticas](#) de 2019 cumpridos.

Destacam-se assim neste programa de trabalho as iniciativas para melhorar a regulamentação e reduzir os encargos com a burocracia, recordando-se que a [estratégia da Comissão para a competitividade a longo prazo](#) estabeleceu o objetivo de reduzir em 25% os encargos associados aos requisitos de comunicação de informações. O programa de trabalho apresenta assim propostas de simplificação em vários domínios para racionalizar os requisitos de comunicação de informações que têm utilidade limitada.

É ainda referido que são necessários esforços específicos no PE e no Conselho para chegar a acordo sobre as propostas pendentes, procurando a Comissão continuar a concretizar o [Pacto Ecológico Europeu](#), a agenda para o crescimento, assegurando uma transição ecológica justa, inteligente e inclusiva (incluindo diálogos com os cidadãos e a indústria, bem como trabalhos preparatórios para apoiar os cidadãos e as empresas vulneráveis na transição, incluindo através do [Fundo Social para o Clima](#), um diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura na UE e iniciativas para que os computadores de alto desempenho sejam acessíveis às empresas em fase de arranque no domínio da IA e uma proposta de ato legislativo espacial europeu rumo a [Uma Europa Preparada para a Era Digital](#)).

No setor da [economia da UE](#), a Comissão centrar-se-á na resposta aos desafios relacionados com a escassez de mão de obra e de competências, a educação, o diálogo social, a inflação e a simplificação da atividade empresarial, e no que respeita ao [apoio à Ucrânia](#) face à guerra de agressão da Rússia, este continuará a ser uma

prioridade na agenda da Comissão em 2024, tal como a parceria mutuamente benéfica com África, a agenda de comércio justo e o desenvolvimento das capacidades de defesa dos Estados-Membros (com destaque para o reforço da cooperação na luta contra a introdução clandestina de migrantes e medidas relacionadas com as reformas pré-alargamento e com o reexame das políticas, a fim de avaliar as perspetivas de funcionamento de uma União alargada).

O programa de trabalho da Comissão para 2024 foi apresentado na sessão plenária do PE desta semana em Estrasburgo, pelo Vice-Presidente da Comissão Europeia, Maroš Šefčovič. O vídeo do debate encontra-se disponível [aqui](#).

4. CIMEIRA UE-EUA

Decorreu no final desta semana a [Cimeira UE-EUA](#), na qual o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, em representação da UE, reuniram com o presidente dos EUA, Joe Biden, em Washington. Na cimeira, foi analisada de forma mais aprofundada a cooperação entre a UE e os Estados Unidos e debatidos domínios como a economia de energia limpa a nível mundial, as cadeias de abastecimento seguras e resilientes, as infraestruturas digitais, a inteligência artificial e a resiliência económica. Embora não estando inicialmente previsto, o [Político adiantou](#) que o Alto Representante [Josep Borrell participaria também nesta Cimeira](#), sendo também uma oportunidade para debater a situação no Médio Oriente, reafirmar o apoio conjunto da UE e dos EUA à Ucrânia, bem como para abordar as principais prioridades globais, externas, de segurança e de defesa.

5. ALARGAMENTO - BALCÃS OCIDENTAIS

Na Cimeira do Processo de Berlim, que decorreu esta semana em Tirana, o [Presidente do Conselho Europeu considerou o alargamento da UE como parte da resposta para que a União possa liderar e moldar o futuro](#). Referiu que o alargamento é um investimento na paz e prosperidade, tanto para UE como para os futuros Estados-Membros. Destacou o papel importante do Processo de Berlim no reforço da cooperação operacional entre os parceiros dos Balcãs Ocidentais e a UE, tendo como fio condutor a integração europeia e o foco da atenção europeia para o alargamento e para esta região após a agressão russa da Ucrânia: *«Estou pessoalmente convencido que seremos mais fortes convosco, os Balcãs Ocidentais (...) Seremos mais fortes na definição de normas globais, na cooperação com os nossos parceiros, na promoção dos nossos valores e na defesa dos nossos interesses comuns.»*.

Terminou referindo os planos da UE para esta integração, em três pontos-chave em relação aos Estados candidatos: a integração gradual nas políticas da UE, para que os benefícios possam ser sentidos mais rapidamente pelos seus cidadãos, mesmo durante o processo de adesão; a conclusão do Mercado Regional Comum, que reforçaria o crescimento económico e o comércio nos Balcãs Ocidentais, tornando-os mais atrativos para os investimentos; e não evitar que os conflitos bilaterais atrasem este desenvolvimento.

Recorde-se que a Cimeira é uma iniciativa de vários Estados-Membros da UE, sob a liderança alemã, para promoção da cooperação regional e perspetiva europeia da região dos Balcãs Ocidentais, [tendo sido debatido em Tirana](#) o mercado regional comum e a melhoria da convergência entre a UE e os Balcãs Ocidentais, matérias relativas à juventude, educação e investigação, a inclusão dos Balcãs Ocidentais na parceria da cadeia de valor da UE, comércio, transportes e conectividade digital, implementação da agenda ecológica para os Balcãs Ocidentais, segurança e questões bilaterais e relações de boa vizinhança. As conclusões adotadas neste âmbito podem ser encontradas [aqui](#).

A próxima Cimeira UE-Balcãs Ocidentais terá lugar em dezembro de 2023.

6. OCDE - CONFERÊNCIA INTERNACIONAL EM PARIS

Realizou-se, no passado dia 17 de outubro na Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Económico (OCDE), em Paris, uma conferência internacional sobre o tema "*Getting Civic Tech Right for Democracy*", com o objetivo de debater o modo como os governos (nacionais e subnacionais) e outras instituições públicas (como os Paramentos) podem tirar partido da tecnologia cívica para melhorar as relações entre os cidadãos e a administração pública e como garantir que as soluções de tecnologia cívica são adequadas à democracia.

Este evento enquadrou-se nos trabalhos desenvolvidos pelo Comité da Governança Pública da OCDE (PGC, [aqui](#)), que visa apoiar os Estados-Membros no desenvolvimento e implementação de políticas inovadoras (mais informações [aqui](#)) e contribuirá para a Iniciativa para o Reforço da Democracia (RDI, mais informação [aqui](#)) da OCDE e, em particular, para os seus pilares e planos de ação sobre

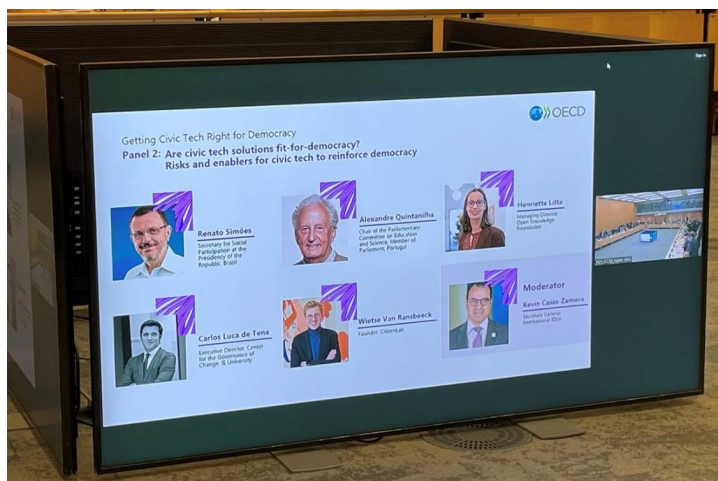
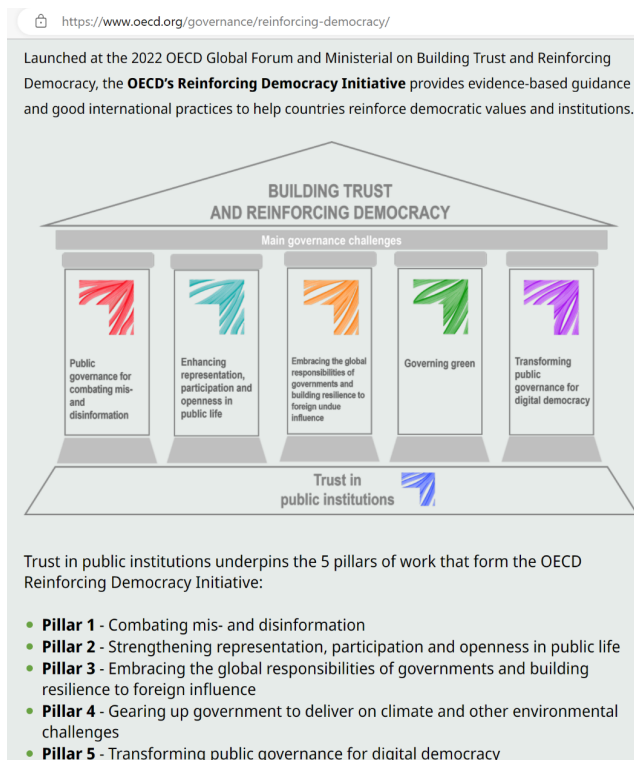
(i) Reforçar a participação, a representação e a abertura na vida pública e

(ii) Democracia digital.

Fornecerá igualmente contributos para um novo relatório sobre a utilização da tecnologia cívica pelos governos para promover a participação digital, a representação, a capacidade de resposta e a responsabilidade social, que explorará mais detalhadamente questões centrais como o papel emergente da inteligência artificial, incluindo as oportunidades e os riscos para a democracia na era digital.

A Assembleia da República esteve representada neste evento pelo Deputado Alexandre Quintanilha, Presidente da Comissão de Educação e Ciência (CEC), que interveio no painel sobre o seguinte tema: *Serão as soluções de tecnologia cívica adequadas para a democracia? Riscos e fatores que permitem que a tecnologia cívica reforce a democracia.*

A primeira parte do debate foi centrada em torno da questão de identificar quais os principais riscos democráticos que a tecnologia cívica comporta e que ações específicas são necessárias por parte dos Governos e dos Paramentos nesse contexto, tendo em conta os recentes casos de retrocesso democrático em todo o mundo. O Presidente da CEC começou por referir a questão da confiança como um pilar essencial, enfatizando que as democracias devem gerar a confiança de que o processo de tomada de elaboração das políticas é baseado no conhecimento científico mais robusto disponível, bem como assegurar a confiança quanto às fontes de conhecimento existentes. Por outro lado, assinalou que essa confiança deve também reflectir-se na inclusividade quanto às vozes dos diversos intervenientes e forças sociais, bem como garantir que as instituições democráticas e representativas estão efetivamente a ouvir e a considerar os contributos da sociedade civil.



Por outro lado, aludiu ainda à questão da interdisciplinaridade, enquanto diálogo entre os vários campos da ciência e do conhecimento, e à necessidade de dar tempo suficiente para que as mudanças produzam efeito. Considerou que tais condições são essenciais para o desenvolvimento do pensamento crítico.

Finalmente, regozijou-se com o facto de que, no Eurobarómetro de 2021 sobre os “*Conhecimentos e atitudes dos cidadãos europeus em relação à ciência e à tecnologia*” ([aqui](#)), os portugueses serem os mais otimistas com o impacto da ciência e da tecnologia na sociedade. Com efeito, assinalou que metade dos portugueses inquiridos considerou “ *muito positivo*” o impacto da ciência e da tecnologia na sociedade, sendo que o mesmo estudo revela que a literacia científica dos portugueses aumentou de 20%, em 2005, para 58%, em 2021, ultrapassando a média europeia.

A segunda parte do debate dedicou-se à questão de saber como podem os governos ou as instituições parlamentares garantir que as soluções de tecnologia cívica estão ligadas e trabalham em sinergia com outros mecanismos de participação e instituições democráticas. Neste ponto, o Deputado Alexandre Quintanilha referiu-se à Conferência sobre o Futuro da Europa enquanto bom exemplo de como a democracia representativa e a democracia digital direta interagem e são mutuamente benéficas a nível da UE. Aludiu, nomeadamente, à [plataforma digital multilíngue](#) criada para dar a todos os cidadãos da UE a oportunidade de apresentar as suas ideias, apoiar as ideias de outras pessoas e comentá-las, notando que até 9 de maio de 2022, haviam sido registados cerca de cinquenta mil contributos.

No que diz respeito aos exemplos de Portugal, começou por referir-se ao programa do Parlamento dos Jovens, que visa promover o interesse dos jovens pela participação cívica e política, destacando que podem mesmo apresentar as suas propostas que são posteriormente divulgadas junto dos órgãos políticos. Considerou que este programa contribuiu para aumentar o envolvimento dos jovens na vida democrática e deliberativa, e que incentiva o desenvolvimento de competências argumentativas para a defesa de ideias baseadas no respeito por valores como a tolerância e a vontade da maioria.

Finalmente, o Presidente da CEC mencionou a plataforma criada na página internet da Assembleia da República (detalhe [aqui](#)) para a submissão de petições, iniciativas legislativas de cidadãos ou iniciativas de referendos, que permitem que qualquer cidadão possa, por exemplo, apresentar uma petição, aberta a qualquer outro cidadão que a subscreva durante um determinado período.

Nas conclusões deste evento, foram salientados os seguintes pontos:

1. a tecnologia cívica não substitui os processos democráticos, devendo antes contribuir para os reforçar e aprimorar;
2. a tecnologia cívica é um processo político em si mesmo, pois trata de dar poder aos cidadãos;
3. é essencial que a infraestrutura digital de cada país esteja à altura deste desafio, seja em termos de acesso à tecnologia, de direitos digitais ou de governação da internet;
4. a reflexão deve também ponderar qual o nível de governação em que a tecnologia cívica é mais eficaz, em termos de resultados, envolvimento e proximidade: nacional ou local?

Além disso, reforçou-se a ideia de que a confiança é um pilar essencial neste processo, bem como a necessidade de integrar a interdisciplinaridade como elemento central da tecnologia cívica, alavancando as sinergias entre os vários atores (públicos, privados, sociedade civil) e apelando à liderança política para acompanhar estas transformações da governação pública.

7. COMISSÃO EUROPEIA

Roteiro para lutar contra o tráfico de droga e crime organizado

A Comissão Europeia adotou um [Roteiro da UE](#) que visa intensificar a luta contra o tráfico de droga e as redes criminosas e que terá por base as iniciativas legislativas e operacionais apresentadas até agora. O comércio de

droga constitui, neste momento, uma das principais ameaças de segurança para a Europa, e a luta contra o crime organizado e o tráfico de droga constitui uma prioridade para a União Europeia, os seus Estados-Membros e os seus parceiros internacionais.

Assim, com [este roteiro](#), a Comissão procura intensificar uma resposta direcionada por parte da UE, definindo medidas concretas e devidamente direcionadas que visam colmatar as lacunas emergentes, incluindo:

- Criação de uma nova Aliança Europeia de Portos, que deverá aumentar a capacidade dos portos para fazer face à infiltração criminosa graças a um reforço do trabalho levado a cabo nos portos da UE;
- Desmantelamento das redes criminosas de alto risco, facilitando as investigações de crimes financeiros e digitais, reforçando a cooperação entre procuradores e juizes especializados e utilizando as indicações do Sistema de Informação de Schengen;
- Adoção de medidas que contribuam para prevenir o crime organizado através do intercâmbio de boas práticas e prestação de orientação entre todos os Estados-Membros;
- Colaboração com parceiros internacionais a fim de fazer face às ameaças a nível mundial.

A secção de perguntas e respostas sobre o tema encontra-se disponível [aqui](#).

Regulamento Serviços Digitais - conteúdos ilegais em linha

Esta semana a Comissão publicou um conjunto de [recomendações](#) para [coordenação da resposta dos Estados-Membros à propagação e amplificação de conteúdos ilegais](#), como conteúdos terroristas ou discursos ilegais de incitação ao ódio, antes que possam conduzir a uma ameaça grave para a segurança pública, procurando garantir o cumprimento, por parte das [plataformas em linha de muito grande dimensão e dos motores de pesquisa em linha de muito grande dimensão](#), das suas novas obrigações no quadro do Regulamento Serviços Digitais, antes da data de início da aplicação do citado regulamento pelos Estados-Membros.

Esta recomendação incentiva os Estados-Membros a **designarem já uma autoridade independente integrada numa rede de futuros coordenadores dos serviços digitais**, antes do prazo legal de 17 de fevereiro de 2024. A Comissão propõe um **mecanismo de resposta a incidentes** que defina a cooperação entre a Comissão e essa rede em resposta à divulgação de conteúdos ilegais em linha, em especial quando tal representa um risco manifesto de intimidação de grupos populacionais ou de desestabilização de estruturas políticas e sociais na União. Sempre que **circunstâncias extraordinárias** — como um conflito armado internacional ou ataques terroristas — o justifiquem, a Comissão incentiva as plataformas em linha de muito grande dimensão e os motores de pesquisa em linha de muito grande dimensão a elaborarem protocolos de incidentes relevantes para o incidente em causa.

Política de vistos

A Comissão propôs também uma [revisão do atual mecanismo de suspensão de vistos](#). Este mecanismo apenas pode ser acionado em situações específicas, prevendo esta revisão: o alargamento da lista de motivos que justificam uma suspensão dos regimes de isenção de vistos, o prolongamento da duração do procedimento atual e o reforço das obrigações da Comissão em matéria de acompanhamento e comunicação de informações.

Esta proposta é acompanhada pelo [sexto relatório publicado no quadro do mecanismo de suspensão de vistos](#), que abrange os países dos Balcãs Ocidentais e da Parceria Oriental que participam, neste momento, num diálogo sobre a liberalização dos vistos, bem como os países do Pacífico e das Caraíbas que aplicam regimes de concessão de cidadania a investidores. Conclui o relatório que os oito países em causa devem: (1) adotar novas medidas para alinhar a sua política de vistos com a política da UE e prosseguir os seus esforços para evitar que sejam apresentados pedidos de asilo infundados; (2) envidar esforços suplementares para prevenir a migração irregular e combater a criminalidade organizada e a corrupção. São ainda apresentadas preocupações

relativamente aos regimes de concessão de cidadania a investidores, que promovem o acesso isento de vistos à UE.

Plano de ação da UE para a rota migratória do Mediterrâneo Oriental

Por fim, foi apresentado esta semana o [plano de ação da UE para o Mediterrâneo Oriental](#) que inclui medidas operacionais específicas que visam abordar a gestão da migração ao longo desta rota e complementar os planos de ação já apresentados para as rotas dos [Balcãs Ocidentais](#), do [Mediterrâneo Central](#), do [Mediterrâneo Ocidental e do Atlântico](#).

Este plano apresenta 29 medidas operacionais específicas, estruturadas em torno de quatro áreas principais:

1. Prevenir as partidas irregulares, combater a introdução clandestina de migrantes e proporcionar vias legais de migração;
2. Promover uma gestão eficaz das fronteiras;
3. Reforçar a cooperação com os países de origem e de trânsito em matéria de regresso e readmissão;
4. Assegurar uma gestão eficaz da migração, melhorar os procedimentos de asilo e apoiar o desenvolvimento de uma capacidade de acolhimento suficiente.

A descrição das medidas operacionais encontra-se disponível [aqui](#).

8. PACOTE INFRAÇÕES - OUTUBRO

No âmbito do [pacote de infrações do mês de outubro](#), a Comissão tomou a decisão de enviar 18 cartas de notificação para cumprir e 16 pareceres fundamentados. Portugal vai receber uma carta de notificação para cumprir (por incumprimento da legislação da UE em matéria de contratos públicos) e dois pareceres fundamentados (não transposição integral das regras da UE em matéria de promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis, assim como das regras da UE relativas ao mercado interno da eletricidade). A Comissão decidiu também encerrar 58 procedimentos, uma vez que os problemas identificados nos Estados-Membros em causa foram resolvidos sem ser necessário dar seguimento ao procedimento.

9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Eurogrupo

No seu [formato inclusivo](#), os ministros trocaram pontos de vista com a Secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, sobre perspetivas e riscos globais, procurando construir um entendimento comum dos desafios interligados a curto e longo prazo entre a Europa e os EUA e debater as políticas económicas e financeiras futuras, e debateram o futuro dos mercados de capital e financeiros europeus. No formato regular, foi debatida a implementação das recomendações da zona euro para 2023 e o contributo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência para os objetivos políticos da zona euro, permitindo uma troca de pontos de vista sobre os desafios económicos e as prioridades políticas para a zona euro no próximo ano. Por fim, os ministros aproveitaram a oportunidade para analisar os progressos do projeto do euro digital.

Conselho (Ambiente)

Nesta [reunião](#), os ministros aprovaram [conclusões](#) sobre a preparação para a Conferência das Nações Unidas para o Clima (COP28), que decorrerá no Dubai de 30 de novembro a 12 de dezembro. Estas conclusões

servirão como posição negocial geral da UE durante a Conferência. Aprovaram também a [submissão pela UE de um contributo determinado a nível nacional \(CDN\) atualizado](#), que é parte integrante do Acordo de Paris e que requer que as partes comuniquem as suas ações para o clima pós-2020. Foi alcançado um acordo sobre a proposta para revisão da emissão de CO2 para veículos pesados novos e sobre a revisão da diretiva relativa ao tratamento de águas residuais urbanas.

Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

O [Conselho](#) fez o balanço dos progressos realizados na revisão do quadro de governação económica e salientou a necessidade de prosseguir com os debates a nível técnico e político, tendo os ministros procedido também a uma troca de pontos de vista sobre a situação da implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, adotando decisões de execução que [aprovam os planos da República Checa, Eslovénia, Espanha, Países Baixos e Portugal](#). Foram ainda trocados pontos de vista sobre o impacto económico e financeiro da agressão russa contra a Ucrânia, com foco na situação económica e orçamental da Ucrânia, adotadas [conclusões](#) sobre finanças climáticas no âmbito da COP28, apresentados os resultados da reunião do G20 e adotada a diretiva relativa à [cooperacão administrativa no domínio da fiscalidade](#), assim como a [lista de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais](#).

Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia)

O Conselho definiu a sua [posição sobre a proposta de alteração da configuração do mercado da eletricidade](#) da UE, com o objetivo de fazer com que os preços da eletricidade dependam menos da volatilidade dos preços dos combustíveis fósseis e proteger os consumidores das subidas abruptas de preços, nomeadamente melhorando o funcionamento do mercado da eletricidade a longo prazo.

Conselho (Justiça e Assuntos Internos)

No âmbito dos [assuntos internos](#), os ministros debateram as implicações da situação no Médio Oriente na segurança interna da UE, assim como o Pacto sobre Migração e Asilo, tendo a Presidência espanhola apresentado a atualização das negociações em curso sobre as diferentes propostas legislativas que fazem parte deste, e a dimensão externa da migração, procurando trabalhar no sentido de parcerias mutuamente benéficas com países terceiros. Tomaram ainda nota dos progressos feitos no projeto de regulamento para prevenir e combater o abuso sexual de crianças e aprovaram o novo calendário para a implantação e interoperabilidade dos sistemas de informação da UE que são utilizados pelos Estados-Membros para combater a criminalidade, controlar as fronteiras e gerir os fluxos migratórios. O Conselho de Schengen debateu uma resposta para combater a criminalidade transfronteiriça, nomeadamente o tráfico de migrantes, e os ministros trocaram ainda impressões sobre como prevenir a radicalização de menores por grupos terroristas de extremistas, bem como sobre a revisão do Mecanismo Europeu de Proteção Civil. No que respeita ao setor da [justiça](#), a Presidência fez o ponto da situação sobre as medidas tomadas para lutar contra a impunidade dos crimes cometidos no âmbito da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, foram aprovadas as [conclusões sobre a capacitação digital e os direitos fundamentais](#), trocados pontos de vista sobre a proposta de diretiva para harmonizar certos aspetos das regras de insolvência nacionais e prestadas informações sobre o desenvolvimento da cooperação judicial entre a UE e a América Latina para combater a criminalidade organizada.

Reunião informal dos ministros responsáveis pelo comércio

Os [ministros do comércio reviram os acordos comerciais com países terceiros](#) e analisaram medidas para garantir a segurança económica com vista à reindustrialização europeia, analisando principalmente os acordos com a América Latina, nomeadamente os acordos entre a UE e o Mercosul, o Chile e o México, com o objetivo de lhes dar um impulso definitivo. Discutiram também a revisão do acordo de comércio livre que está a ser negociado com a Índia e a segurança económica.

10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Os trabalhos da próxima semana serão dedicados às [atividades das comissões parlamentares](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar no dia 24 de outubro, com destaque para os seguintes temas: *European Wind Power Package*, *Comunicação sobre a disponibilidade de medicamentos*, *Comunicação sobre reforço do espaço administrativo europeu (ComPact)* e o relatório sobre os investimentos em tecnologias limpas.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 23.10: [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#); [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#); [Reunião informal dos ministros das Telecomunicações](#)
- 24.10: [Conselho dos Assuntos Gerais](#)
- 25.10: [Cimeira Social Tripartida](#)
- 26.20: [Conselho Europeu](#)

Cooperação interparlamentar

Na próxima semana terão lugar as seguintes reuniões e conferências interparlamentares:

- Conferência interparlamentar dedicada ao tema «*O futuro da tributação na UE: desafios futuros e mudanças necessárias*», cujo programa se encontra disponível [aqui](#);
- Reunião interparlamentar subordinada ao tema «*Preparação para as eleições europeias 2024*» (programa disponível [aqui](#));
- *Conferência Interparlamentar sobre a Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia*, organizada no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência espanhola do Conselho da UE (mais informação disponível [aqui](#)).

Bruxelas | 20 de outubro de 2023

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).